

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDSON POTSCH MAGALHÃES

Edson Potsch teve uma trajetória de mais de seis décadas na UFV. Ingressou como aluno do curso de Técnicos Agrícolas, graduou-se em Engenharia Agrônômica, tornou-se professor e chegou ao cargo de reitor. À frente da alta administração da Universidade, conduziu importantes processos, entre os quais se destacam a federalização da Instituição e o estabelecimento de convênios e parcerias que possibilitaram a captação de investimentos nacionais e internacionais. Esses recursos contribuíram significativamente para a expansão do campus e para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ficha técnica:

Data da entrevista: 30/05/1985

Duração: 52 minutos e 37 segundos

Local: Residência do entrevistado

Entrevistadora: Lujan Chagas

Profissão do entrevistado: Engenheiro agrônomo, professor e reitor.

Transcrição: Thiago Vitorino Teixeira

Revisão da transcrição: Gustavo Soares Sabioni

Revisão gramatical: Pollyanna Souza Pereira

Revisão Geral: Eduardo Luiz dos Santos

Viçosa - MG

2026

Narração:

Lujan: Nosso entrevistado é o Dr. Edson Potsch Magalhães, ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa.

Potsch: Este depoimento cobre um período de 43 anos, tempo em que vivi em Viçosa e na Universidade, antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Conheci a antiga Escola em 1928. Vim para Viçosa a fim de trabalhar como caixeiro, numa casa comercial, e, nessa época, conheci, quase espantado, a monumental Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Por isso, este depoimento, além de uma oportunidade de lembrança, é, também, de afirmação, principalmente para os jovens que, mais tarde, vierem a ouvir ou ler um pouco desta história. De caixeiro, em 1928, cursei a Escola e me tornei reitor, depois de sua transformação em Universidade, por um período de praticamente oito anos. Conheci a antiga Escola trazido por um amigo que, num domingo de folga, mostrou-me o campus monumental, cujas atividades haviam se iniciado em 1926, quando de sua inauguração. Enamorei-me pela Escola e logo quis frequentá-la. Matriculei-me, em 1932, no curso médio que então existia, e o cursei nos anos de 1933 e 1934. Portanto, bem no início da Escola, quando conheci, então, os grandes vultos e inesquecíveis figuras que aqui pontificavam e às quais muito se deve de tudo o que hoje todos nós testemunhamos. Peter Henry Rolfs, o *scholar* americano e educador extraordinário, além de ter sido seu primeiro diretor, foi quem planejou toda a obra admirável. João Carlos Bello Lisbôa, o segundo diretor, consolidou aquilo que Rolfs sonhara e planejava.

Os grandes professores da época: Diogo Alves de Mello e José Carvalho Barbosa, que despertou meu interesse pela Economia, que se tornou meu campo de trabalho e de estudos; Albert Oliver Rhoad, zootecnista famoso; Albert Stanley Müller, fitopatologista, e o biólogo Edson Jorge Hambleton. Figuras singulares, como Dona Germana de Carvalho, que cuidava do refeitório, e Dona Hermengarda Gomes e Souza, sua companheira. José Sant'Anna, contador, no início, e secretário por longos anos, até sua aposentadoria. Alvino Machado; Cassiano Gomes de Araújo, o porteiro extraordinário, que nunca contava as horas de trabalho; Seu Manoel Andrade, o chefe de cozinha magnífico, pontualíssimo no cumprimento de suas tarefas; Francisco São José, que dirigiu as oficinas gráficas que se tornaram a Imprensa Universitária. Todas estas figuras, bem como numerosas outras, impressionaram-me profundamente nos meus primeiros anos como estudante e, mais tarde, como professor. Aprendi, desde logo, que a Instituição trazia consigo um lema que é o mesmo

da universidade americana em que fiz a minha pós-graduação: “ciência e prática”. O modelo da Iowa State University, na qual Rolfs se graduara, e que trouxera para a Instituição que criou. Minha vida, desde os primeiros instantes na antiga Escola, foi marcada por muitos acontecimentos. Por exemplo, as reuniões gerais de todos os dias, de segunda a sábado, às onze horas, no Salão Nobre. Todos os alunos e todos os professores se reuniam e havia uma preleção, ora pelo diretor, ora pelos professores da Instituição. Era fantástico o que se ouvia e o que se testemunhava nessas reuniões gerais. Eram preleções de natureza cívica, de natureza educacional e até mesmo algumas cheias de jocosidade e muito espírito.

De igual forma, as exposições que se faziam dentro do próprio Prédio Principal, hoje Edifício Arthur Bernardes, eram dignas de nota. Tão grande era ele para a época, e tão poucos os alunos, professores e laboratórios, que sobravam salas e mais salas para nelas se realizarem exposições de milho, de frutas e de numerosos outros produtos. Além disso, nas noites de cada quinta-feira, precisamente às vinte horas, eram realizados entretenimentos no Salão Nobre. Era a diversão da semana, um lazer de que todos nós, professores, alunos e a sociedade viçosense, desfrutávamos.

Outro acontecimento notável, que também merece destaque, era o que dizia respeito à atividade teatral. Sim, havia teatro na época. Mais tarde, eu mesmo dirigi várias peças teatrais que eram apresentadas aqui, em Viçosa, e em outras cidades do estado, incluindo a capital, Belo Horizonte. Das peças participavam elementos da cidade e elementos da própria Escola, em perfeita integração e harmonia. Famosos, também, eram os bailes que se realizavam, periodicamente, no Salão Nobre da Escola Superior de Agricultura. Recordo-me de muitos deles, principalmente pela elegância com que se apresentavam moças e rapazes, todos muito bem-vestidos. As moças, tanto as de Viçosa quanto as das cidades vizinhas, em trajes longos, procuravam se apresentar o mais lindamente vestidas.

Recordo-me, também, que, em 1934, organizamos a primeira associação de alunos, o Centro Acadêmico. Nós o organizamos, e digo nós porque participei da comissão organizadora, quase que clandestinamente, numa pensão estudantil que se chamava “Beba Mais Leite”, na Rua Arthur Bernardes. Quase clandestinamente, porque o diretor da época, o Dr. João Carlos Bello Lisbôa, não permitia que os alunos se organizassem em associação. Nós, nos valendo de uma viagem dele aos Estados Unidos, contamos com o apoio do diretor substituto da Instituição, o Dr. Diogo Alves de Mello, que nos autorizou a iniciar o movimento. Retornando do exterior, Bello Lisbôa recebeu a notícia da organização do Centro dos

Estudantes e, surpreendentemente, com sua matreirice conhecida, felicitou-nos e disse-nos, inclusive, que sempre sonhara em ver os estudantes organizados em uma associação.

A posse da primeira diretoria se deu no dia 19 de setembro daquele mesmo ano. Registro que este é um fato de que pouco se fala e que sequer foi registrado. A antiga Escola era, desde o seu início, em um nível mais elevado de administração, dirigida por uma Junta Administrativa. Seus membros, nomeados pelo governador do Estado, vinham de diferentes regiões de Minas e exerciam papel notabilíssimo nos vários anos em que funcionou. Essa Junta Administrativa era, à época, equivalente ao Conselho Diretor, de hoje. No processo de federalização da Universidade lembrei-me dela e sugeri ao ministro da Educação, Tarso Dutra, que se organizasse, na Instituição que se federalizava, um conselho que a lembrasse. Este instituto da Junta Administrativa é uma organização comum nas universidades norte-americanas, chamada Board of Trustees ou Board of Regents.

Outro aspecto a ser mencionado é o que diz respeito às festas de formatura, sempre realizadas na noite do dia 15 de dezembro. Aliás, esta é uma marca simbólica desta Instituição. Desde a primeira, até hoje, é no dia 15 de dezembro que são celebradas. Vale registrar que, mais recentemente, passou-se, também, a ter uma festa de formatura no meio do ano, usualmente em julho, mas a de 15 de dezembro tem sido inflexível, desde a primeira turma dos primeiros Administradores Rurais, em 1927. Eram, na época, festas de grande encanto, marcadas pela riqueza do vestuário. Lembro-me bem de que, em 1934, quando recebi o meu diploma de Técnico Agrícola, eu e meus companheiros vestíamos calça listrada e paletó. Os engenheiros agrônomos vestiam-se de smoking. Depois, resolveu-se fazer a festa à tarde, em vez de à noite, uma experiência que durou pouco, quando, então, os estudantes formavam-se todos de terno branco. De qualquer modo, as noites ou as tardes de formatura, seguidas de baile, eram, evidentemente, as grandes festas que se realizavam na época.

Lembro-me bem, ainda, da primeira Semana do Fazendeiro que se realizou e de numerosas outras de que participei como professor, como diretor e como reitor. Também me lembro muito do Mês Feminino, experiência que, ao longo de três anos seguidos, realizou-se com extraordinário sucesso. Nunca entendi o porquê de terem acabado com este programa que, paralelo ao da Semana do Fazendeiro, prestou extraordinários serviços e atraiu para Viçosa moças e senhoras, professoras de curso escolar, professoras de ginásio, donas de casa, etc., para uma série de cursos ao longo do mês.

Destaco, agora, que deve ser registrado, num depoimento desta natureza, o que era o internato, naquela época. Lembro-me muito bem de que o diretor Bello Lisbôa contava que, ao se organizar o internato em Viçosa, ele recebera críticas muito ácidas e descrenças generalizadas. Diziam que um internato para estudantes de curso superior era uma temeridade, que não tinha sentido. No entanto, o internato conduziu-se vitoriosamente ao longo de muitos anos. A disciplina era rígida naquele tempo. Cada seção do dormitório tinha um chefe eleito pelos estudantes que nela moravam. Esses chefes formavam um conselho de disciplina, que era presidido por um professor, designado pelo diretor. O horário para se entrar no internato, à noite, limitava-se, nos dias de semana, às 19h45, após o café da noite, um café com leite gostoso, com muito pão e biscoitos, e, aos sábados, às 23h. Criticava-se isto, mas respeitava-se porque, apesar de tudo, havia uma extraordinária convivência entre os estudantes. Todos gostávamos imensamente das refeições, que eram excelentes, graças ao Sr. Manuel e à Dona Germana. Assim, morar no internato era expectativa que todos disputavam, e os poucos que não conseguiam vaga certamente invejavam aqueles que tinham o privilégio de frequentá-lo.

Terminado o meu curso, em 1934, fiz o vestibular para o superior, em 1935. Felizmente, vitorioso num vestibular disputado, frequentei o curso superior ao longo de quatro anos e coleí grau em 1938, como Engenheiro Agrônomo. Logo no ano seguinte, em 1939, iniciei minha carreira de professor na Escola. Comecei lecionando três cursos: Economia Rural, para o quarto ano; Administração Rural, para o curso Médio, e Administração Rural, para o curso Elementar ou Fundamental. Além desses cursos, mais tarde, com a criação do curso Médio, de três anos, no Agrotécnico, lecionei Geografia, História, Português e Inglês, ou seja, uma “infinidade” de disciplinas.

Quando compramos o antigo Ginásio de Viçosa e estabelecemos o Colégio de Viçosa, que dirigi por algum tempo, para termos também o curso científico e o curso clássico, como se usava na época, eu e um grupo de professores da Escola lá lecionamos por vários anos. Ainda, em 1939, ano seguinte ao da minha formatura, um novo diretor foi escolhido pelo Governo do Estado e trazido para cá: John B. Griffing. E com ele começava uma fase diferente na vida da Instituição. Era um americano de muito preparo e especialista em algodão. Havia trabalhado na China, na Universidade de Nanjing, durante muitos anos. Esse americano pensou e tomou medidas para que se aprimorasse o corpo docente de Viçosa. Desenvolveu excelentes trabalhos com a cultura do algodão, que era sua especialidade, e

enviou para os Estados Unidos os dois primeiros professores: Antônio Secundino de São José, da Agronomia, e Geraldo Gonçalves Carneiro, da Zootecnia.

Este foi um maravilhoso princípio que ainda hoje está vivo, que é o de mandar professores desta Instituição para cursos de pós-graduação no exterior. Eu próprio, em 1944, fui para os Estados Unidos fazer a minha pós-graduação. Fui para a Iowa State University, na cidade de Ames, onde também estiveram Carneiro e Secundino, ambos, mais tarde, diretores da Escola Superior de Agricultura, com Secundino, ainda hoje, presidente da Associação de Ex-Alunos e meu companheiro no Conselho Diretor da Universidade. Em 1953, fiz o concurso para professor catedrático da Universidade. Fui o primeiro professor catedrático, por concurso. Nos primeiros anos da vida da antiga Escola havia professores catedráticos, nomeados: Diogo Alves de Mello, Humberto Bruno, Guilherme Emmerich, Lourenço Menicucci Sobrinho, José Carvalho Barbosa, Luiz Carvalho Araújo, Albert Oliver Rhoad, Edson Jorge Hambleton e outros. Com o passar dos tempos veio a norma de que os professores só poderiam ser catedráticos prestando concurso público. No entanto, por motivos que desconheço, não queriam que fizessemos o concurso; havia um temor tremendo.

Eu, eleito representante da Congregação da Escola Superior de Agricultura junto ao Conselho Universitário da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), pressionei aquele Conselho pelos concursos, porque o regulamento abria oportunidades para o certame. Lembro-me bem de que o reitor da época, o saudoso professor Joaquim Fernandes Braga, perguntou-me, na presença de todo o Conselho Universitário: “Professor Potsch, quem fará o concurso”? Eu respondi: “Eu o faço”. Determinou, então, o Conselho, fosse aberto o concurso para professores catedráticos. A reação do corpo docente foi desfavorável; criaram embaraços para que eu não fizesse nenhuma prova. Argumentava-se que a lei exigia, para o concurso ao cargo de catedrático, que dois examinadores fossem da própria Instituição e três, de outras instituições, outros catedráticos, professores ou especialistas de alto nível. Não havendo nenhum catedrático em Viçosa na minha área de interesse, ninguém de Viçosa poderia me examinar. O reitor Joaquim Fernandes Braga procurou o ministro da Agricultura da época, João Cleofas, e o ministro baixou uma portaria determinando que a banca fosse constituída por cinco professores de outras instituições. Fiz meu concurso em 1953, e tenho o privilégio de ter sido o primeiro professor catedrático, por concurso, desta Instituição.

O crescimento da Escola Superior de Agricultura, seus feitos e seu reconhecimento interno e externo, somados à ida de vários professores aos Estados Unidos, criaram um grande

movimento no sentido de transformar a antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária em uma Universidade Rural. Isto se verificou por decreto do governador Milton Soares Campos. A antiga Escola foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, composta por: Escola Superior de Agricultura, Escola Superior de Veterinária, Escola Superior de Florestas, Escola Superior de Ciências Domésticas, Serviços de Experimentação e Pesquisa e Serviços de Extensão. Foi, sem dúvida alguma, um grande acontecimento e um grande passo na vida desta Instituição. Isto ocorreu em 13 de novembro de 1948. Era diretor da Escola Superior de Agricultura o professor Antônio Secundino de São José, e todos apostavam que seria ele o primeiro reitor da Universidade Rural. Com surpresa para muitos, foi nomeado, na mesma data, o professor Joaquim Fernandes Braga, que trabalhava junto ao secretário da Agricultura da época, Américo Renê Giannetti, a cuja Secretaria estava subordinada a então Escola Superior de Agricultura e Veterinária.

Fato extraordinário aconteceu em 1950, quando, pela Lei 1.254, de 4 de dezembro, a UREMG foi federalizada. A reação do corpo docente foi inteiramente desfavorável à federalização porque ela se fizera no bojo de uma lei que federalizou numerosas universidades brasileiras, inclusive a Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Esta lei, de autoria do senador Fernando de Mello Vianna, deu a Viçosa apenas 19 professores catedráticos. Nós nos rebelamos contra essa lei porque ela consignava oportunidade para apenas 19 professores catedráticos, quando o nosso regulamento fixava o número em 35. Levada a matéria ao exame da Congregação da época, e interpretando o pensamento de vários colegas, sustentei a tese de que deveríamos recusar a federalização nos termos em que fora feita. A Congregação elegeu uma comissão, da qual fiz parte, a fim de que fôssemos ao Rio de Janeiro conversar com o senador Mello Vianna, com o senador Bernardes Filho e outras autoridades, para encontrar a melhor solução para o problema. Fomos e preparamos um relatório para a Congregação, com a sugestão de que, em vez de federalizada, a Universidade fosse transformada em estabelecimento subvencionado pelo Governo federal. A congregação concordou. Voltamos ao Rio de Janeiro e, graças à Lei 2.470, de 28 de abril de 1955, elaborada pelo senador Bernardes Filho, a UREMG foi transformada em estabelecimento subvencionado.

Voltando um pouco no tempo, com a morte do professor Manoel da Costa Lanna, que foi uma das grandes figuras do magistério nesta Escola, nos primeiros tempos, assumi, em 1948, a chefia do Departamento de Economia Rural. Nele trabalhavam, também, o professor Edgard

de Vasconcelos Barros e o professor Erly Dias Brandão. Na chefia do Departamento, graças ao apoio do reitor Joaquim Fernandes Braga e à colaboração do professor Joaquim Mattoso, diretor da Escola, à época, organizei o Sítio-Laboratório de Economia Rural, entidade com autonomia absoluta, em que desenvolvi trabalho experimental ao longo de vários anos, com extraordinário efeito para as minhas aulas de Economia e Administração Rural, bem como para as aulas sobre Administração de Fazenda, que ministrava durante as Semanas do Fazendeiro. Foi uma pena, e lamentei profundamente que, depois da minha saída desta Universidade, tenham eliminado o projeto que eu sustentara com muito amor e que dava extraordinários resultados.

Na minha passagem como chefe de Departamento tive a grande ventura de criar o Instituto de Economia Rural, em 1963, graças a um convênio com a Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos¹, que proveu recursos para que iniciássemos aqui o projeto, à semelhança de outros institutos que se criaram em outras instituições do País. Como diretor do Instituto de Economia Rural, tive a fortuna de construir sua sede própria, que é, sem dúvida, um dos belos edifícios do campus universitário de hoje. Pouco depois, fui nomeado o primeiro diretor da Escola de Especialização, que deu origem aos cursos de pós-graduação, os quais começaram, precisamente, pela Economia Rural e pela Horticultura. Eu havia sido o segundo brasileiro a obter um mestrado em Economia Rural, já que Rui Miller Paiva, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, obtivera o seu mestrado pela Universidade do Texas, pouco antes de mim. Pouco depois, uma lista tríplice para a escolha do novo diretor da Escola Superior de Agricultura colocou-me em primeiro lugar, seguido pelo professor Geraldo Martins Chaves e outro colega. Chamado pelo governador Magalhães Pinto, que me ofereceu a diretoria, recusei e pedi-lhe que nomeasse o professor Chaves, o que foi feito. Pouco depois, fui eleito vice-reitor e, logo em seguida, em novembro de 1964, precisamente, assumi a reitoria da Universidade, posição na qual me mantive por quase oito anos, de 1964 a 1971.

Lembro-me muito bem de que pelo menos quatro governos estaduais marcaram de maneira definitiva a história desta Instituição: o presidente Arthur Bernardes, que a criou; o governador Milton Campos, que criou a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, transformando a antiga Escola; o governador Magalhães Pinto, que deu nova estrutura e proveu recursos extraordinários para o crescimento da Universidade; e Israel Pinheiro da Silva, que, a despeito das terríveis dificuldades por que atravessou o Estado, na sua época,

¹ COSUPI

empenhou-se bravamente para que se federalizasse a Universidade. No governo Magalhães Pinto acumulei as funções de reitor com as de secretário de Estado da Agricultura. Terminado seu governo e iniciado o governo Israel Pinheiro a quem solicitei demissão do cargo e por quem fui reconduzido à reitoria, ele chamou-me e disse que desejava federalizar a Universidade. Eu respondi ao governador: “O senhor me demita primeiro e depois inicia o processo da federalização”. Ele arregalou os olhos, espantou-se e perguntou-me: “Você não quer a federalização”? “Não, governador, eu não quero e a Universidade também não quer”. “Por que”? “Porque acho que Minas Gerais deve ter orgulho de manter, ela própria, sua Universidade, e mantê-la em melhores condições que o próprio governo federal”.

Mas, as dificuldades financeiras do Estado cresciam assombrosamente, atormentando a todos nós, que ficamos meses e meses sem receber vencimentos. A par disso, no plano federal, aconteciam coisas novas. Era o governo Costa e Silva; começaram os movimentos estudantis no Rio de Janeiro, a campanha dos excedentes, a disposição do governo de mudar as universidades, pagar melhor aos professores e criar numerosas novas escolas no País. Neste momento, procurei o governador Israel Pinheiro e disse: “Governador, agora estou pronto para discutir a federalização da Universidade de Viçosa”. E ele disse: “Que é isso, Potsch? Você não queria, a Universidade não queria”. Digo: “Mas queremos agora, governador, porque o clima no plano federal modificou-se radicalmente e penso que agora há condições de federalizarmos a Universidade, vantajosamente”. Ele me disse: “Você tem carta branca para promover a federalização”. Pedi a ele que me desse um companheiro para o trabalho, o Dr. Clóvis Salgado, que havia sido governador do Estado, era secretário da Saúde do seu governo, fora ministro da Educação e era membro do Conselho Federal de Educação, porque eu tinha certeza de que ele me daria uma extraordinária colaboração nesse processo.

Assim ele o fez, e principiamos um processo de federalização que não foi fácil. Não foi fácil, primeiro, porque o governo federal não queria prestigiar de maneira alguma o governo de Minas Gerais, que havia sido de oposição à Revolução. Mas, ao mesmo tempo, o governo federal reconhecia o valor de Viçosa e via que a Instituição tinha todos os méritos e condições para ser uma Universidade Federal. Mantive numerosos contatos com o ministro do Planejamento da época, Hélio Beltrão, e com o secretário-geral do Ministério, João Paulo dos Reis Veloso, que, mais tarde, veio a ser ministro do Planejamento. Discutimos todos os meios necessários à federalização da Universidade, sendo um dos pontos nevrálgicos a forma de como esta deveria ser feita. Sugeriram eles que a Universidade fosse federalizada sob a forma

de fundação. Confesso que, à época, eu próprio não tinha ideias muito seguras do que seria uma fundação universitária; eles me esclareceram bastante. Nomeei uma comissão dentro da Universidade para me auxiliar, chefiada pelo professor Flávio Couto. Os trabalhos se desenvolveram, mas a Universidade não queria a federalização sob a forma de fundação; queria como entidade autárquica, semelhante à Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em determinado instante, o ministro do Planejamento e o ministro da Educação me disseram: “Reitor, ou federalizamos sob a forma de fundação, ou não federalizamos a Universidade”.

Então, com o apoio do Dr. Clóvis Salgado, e após um telefonema que dei do Rio de Janeiro ao governador Israel Pinheiro, selamos o pacto e aceitamos a forma de fundação. Paguei um grande tributo por isso: a resistência dos professores e dos alunos. Os estudantes chegaram a invadir o edifício da Reitoria e o gabinete do reitor, onde eu me encontrava com os membros do Conselho Universitário. Mas tudo isso valeu a pena: a federalização se fez quando a Instituição completava seus 40 anos de vida e conquistava o seu reconhecimento nacional.

Há uma passagem curiosa e muito importante, com respeito à federalização. Em determinado momento, conversando com o governador sobre a transferência de todo o patrimônio que era estadual para a Universidade, ele me disse: “Potsch, com exceção de Florestal, você pode passar tudo”. Eu não discuti. Voltei oito dias depois e disse: “Governador, o processo está prosseguindo, incluindo Florestal”. Muito bem. Volto a Viçosa, e o governador me telefona: “Potsch, eu falei que Florestal não”. “Não há dúvida, governador”. Mais adiante, voltei: “Governador, está na hora de sua assinatura e Florestal tem que entrar”. Ele assinou. Assim salvamos Florestal porque, se Florestal não tivesse entrado na federalização, certamente seria hoje uma instituição de quinta ordem, dada a fragilidade dos recursos do Estado.

Nesse período, atravessamos uma fase de tremenda dificuldade. Os pagamentos estavam atrasados há vários meses. Eu estava com uma viagem marcada para a Austrália e não sabia como resolver a questão dos pagamentos. Graças à ajuda do Projeto Purdue, que aqui já funcionava, consegui um empréstimo dos fundos Brasil-Estados Unidos de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros para a Universidade, oriundo do PL 480², empréstimo que, por sinal, nunca foi pago. No Rio de Janeiro, obtido e assinado o contrato, fui ao Banco de Crédito Rural para receber o dinheiro. O diretor do Banco me disse: “Reitor, nós lhe vamos dar um

² Lei americana de 1954, também chamada de Food for Peace

cheque para o senhor receber esse dinheiro em Viçosa”. Disse-lhe eu: “Nem em Viçosa, nem em toda aquela região, há tanto dinheiro assim. O senhor vai me mandar esse dinheiro, em espécie, para Viçosa”. Dois dias depois, um carro blindado, com duas metralhadoras, aqui chegou, despejando 2.500.000 cruzeiros, o que era uma fábula de dinheiro na época. Foi um fato emocionante na minha vida de reitor e sem precedentes na história da Instituição.

O Projeto Purdue, que fixou em Viçosa a Universidade de Purdue, em convênio conosco, foi de extraordinária significação. Isto mereceria um longo e interminável depoimento. Basta dizer que, em certa época, 16 famílias de professores norte-americanos moravam no campus da Universidade. Foi um período áureo que nos permitiu implantar a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Professores do mais alto nível vieram para vários Departamentos. Não se recebeu apenas a ajuda desses profissionais, muito material veio para os laboratórios e para muitos outros setores. Professores nossos foram, com bolsas de estudos, para Purdue. Sobre a contribuição da Fundação Rockefeller, também houve um apoio razoável, principalmente em termos de bolsas de estudos para professores irem aos Estados Unidos e equipamentos para laboratórios.

A maior de todas as contribuições, no entanto, veio da Fundação Ford, que fez seis grandes doações à Instituição. A primeira, a pedido meu, no valor de cento e vinte mil dólares, foi para a construção do Instituto de Economia Rural, em 1962. Vale lembrar que, nesta época, éramos oito professores numa sala apertada, no Prédio Principal. Com este recurso, também foi possível fortalecer o Departamento, contratar professores e começar a pós-graduação. Neste mesmo ano veio até Viçosa o presidente da Fundação Ford, que havia sido chefe do Departamento de Economia Rural da Universidade de Nova Iorque, a quem eu conhecera em uma visita logo que terminei meu curso, em 1945. Conversando com ele, um especialista em Economia Rural, pedi-lhe que fizesse uma doação para mobiliar e equipar o Instituto. Ele me deu setenta e cinco mil dólares. Dois anos depois, avaliando o êxito da Economia Rural, veio aqui uma missão de três professores de Iowa, onde eu havia estudado, e amigos meus em nome da Fundação Ford. Solicitei-lhes que fizessem uma doação realmente substancial para o desenvolvimento da Universidade. Essa comissão, liderada por Floyd André, que fora Dean do College of Agriculture da Iowa State University, fez uma doação de 995 mil dólares, praticamente um milhão de dólares. Aí veio o grande avanço da Universidade. Essa doação se fizera exigindo-se do Governo do Estado uma contrapartida de igual valor, o que ocorreu no governo Magalhães Pinto, que assinou o convênio e garantiu a verba estadual. Estes recursos

da Fundação Ford foram fundamentais para suplementar o vencimento dos professores, na época.

Vários docentes se aposentaram. Assinei as primeiras aposentadorias, como as do professor Frederico Vanetti, do professor Chotaro Shimoya e de vários outros professores, e pude contratá-los de volta, após a aposentadoria, com recursos da Fundação Ford. Além de contratar esses profissionais imprescindíveis para a pós-graduação, a verba suplementava os vencimentos de outros professores para que pudessem permanecer na Instituição. Bolsas de estudos para numerosos professores que foram fazer pós-graduação nos Estados Unidos também foram custeadas por essa doação de 995 mil dólares. Construí o prédio da Biblioteca Central, o prédio da Biologia, a Praça de Esportes e os prédios de apartamentos do outro lado do lago, além da Escola de Florestas, o sistema de abastecimento de água da Universidade e a ligação de energia elétrica da Cemig. Em 1968, consegui, ainda da Fundação Ford, uma nova doação de 230 mil dólares em reforço aos 995 mil iniciais, para consolidar o desenvolvimento da Instituição. Em 1970, vieram mais 120 mil dólares para suplementar a doação anterior e, no mesmo ano, outra doação de 286 mil dólares para a expansão da Universidade, aí incluídos o desenvolvimento do corpo docente e a criação da Estação Experimental do Triângulo Mineiro, em Capinópolis. Para lá fui com o professor José Rodolfo Torres, o professor Vicente Machado e outros. Escolhemos a área e a ganhamos, graças à liderança do engenheiro agrônomo Abílio Belo Pereira, de Capinópolis, que, liderando fazendeiros da região, fez com que eles nos doassem 100 hectares de terra para construirmos a Central de Experimentação e Pesquisa do Triângulo Mineiro, que lá está, em pleno vigor, prestando extraordinários serviços. A Fundação Ford ainda proveu os recursos para as construções e os equipamentos da CEPET. Posso concluir este depoimento ligeiro dizendo que, dentre as grandes emoções que experimentei, sem dúvida alguma, a maior de todas foi a de federalizar a Universidade sob a forma de fundação e, depois, receber da Universidade de Purdue o título de *Doctor Honoris Causa*, conferido pela primeira vez a um latino-americano.